

“Congresso deve rever a dívida”

O candidato do PFL ao Senado, Antônio Venâncio, disse que a Constituinte precisa dotar o Congresso Nacional de instrumentos adequados para controlar, a partir de um percentual-límite sobre o PIB, a contratação de créditos no exterior.

No seu entender, a dívida externa é hoje uma questão prioritária de segurança nacional e a Nação deve estar preparada para dar todo apoio ao Governo Sarney nas negociações que ora se processam com os credores, para reescaloná-la e enquadrá-la em juros menores, pois só assim o País poderá solucionar os problemas sócio-econômicos que atravessa.

— Os 12 bilhões de dólares que pagamos anualmente somente em serviço da dívida, correspondem à metade dos tributos que o Tesouro arrecada, a 23% da poupança interna e a quase 5% do PIB. O povo está pagando uma conta que não fez, que não foi avalizada pelos seus representantes no Congresso Na-

cional. Hoje o País paga em dólares sete vezes mais do que gasta com os programas sociais, acentuou.

Entende Venâncio que, em decorrência dessa “dívida que nunca diminui”, a própria soberania nacional está exposta porque “os países ricos, cujos votos majoritários controlam o FMI, tentam nos impor soluções que não são do nosso interesse”.

— Se houvesse um limite a partir do qual o Executivo só pudesse contrair novas dívidas com autorização do Legislativo, não teríamos chegado a esta situação, que nos deixou de mãos atadas diante dos credores.

A favor de sua proposta, lembra Venâncio, ainda, que os atos do Executivo estão mais sujeitos a pressões externas, enquanto que a tendência é, mesmo não gostando, aceitar uma decisão do Congresso, como é o caso da Lei da Informática, que até os Estados Unidos já teriam absorvido.